

(Tradução livre do original em inglês)

**RBS Participações S.A.**  
**e empresas controladas**  
**Demonstrações financeiras consolidadas**  
**em 31 de dezembro de 2012**  
**e relatório dos auditores independentes**



(Tradução livre do original em inglês)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
RBS Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da RBS Participações S.A. e suas controladas (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.



RBS Participações S.A.

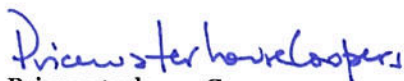
Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RBS Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 12 de março de 2013

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

  
Fábio Abreu de Paula  
Contador CRC 1MG075204/O-0 "S" RS

# RBS Participações S.A. e empresas controladas

## Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

Ativos	Nota	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	141.346	235.661	Contas a pagar		4.610	6.561
Disponível para venda	8		10.134	Contas a pagar referentes a contratos de rede		14.293	32.113
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	9	46.117	47.539	Debêntures	15	14.132	19.849
Contas a receber de clientes	10	71.315	82.298	Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		28.982	24.696
Estoques		2.975	3.462	Impostos de renda contribuição social a pagar	23(b)	213	4.784
Tributos a recuperar		2.743	716	Outros tributos a pagar		3.158	3.518
Partes relacionadas	11	5.862	9.759	Partes relacionadas	11	658	728
Despesas do exercício seguinte		10.778	10.915	Comissões e bônus a pagar		4.822	5.792
Outros		891	923	Receitas diferidas		4.794	5.876
		<u>282.027</u>	<u>401.407</u>	Dividendos propostos/a pagar		9.398	7.402
				Receita diferida - <i>royalties</i>	2.17 e 11	4.059	4.547
				Outros		11.922	10.011
						<u>101.041</u>	<u>125.877</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Debêntures	15	298.505	298.391
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	9		42.303	Impostos de renda contribuição social diferidos	23 (b)	8.167	5.568
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23 (b)	75.094	83.019	Provisões	16	2.020	855
Depósitos judiciais		57	74	Receita diferida - <i>royalties</i>	2.17 e 11	3.627	7.686
Partes relacionadas	11	32.415	2.721	Outros		33	282
Despesas do exercício seguinte		9.571	9.360			<u>312.352</u>	<u>312.782</u>
Investimentos em coligadas	12	22.537	32.494				
Imobilizado	13	105.563	94.702	<b>Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora</b>	17		
Intangíveis	14	13.176	8.265	Capital		20.000	20.000
		<u>258.413</u>	<u>272.938</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(129)	(129)
				Reservas de lucros		106.132	214.775
						<u>126.003</u>	<u>234.646</u>
				Participação dos não controladores		1.044	1.040
						<u>127.047</u>	<u>235.686</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>540.440</u></u>	<u><u>674.345</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>540.440</u></u>	<u><u>674.345</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Demonstrações consolidadas do resultado Exercícios findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto valor por ação

(Tradução livre do original em inglês)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Receita líquida</b>	19 (a)	<u>485.184</u>	<u>484.457</u>
<b>Custos operacionais</b>	19 (b)	<u>(217.776)</u>	<u>(218.850)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>267.408</u>	<u>265.607</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Com vendas	19 (b)	(52.073)	(42.844)
Gerais e administrativas	19 (b)	(64.957)	(60.675)
Outras receitas (despesas), líquidas	19 (b)	<u>304</u>	<u>(571)</u>
		<u>(116.726)</u>	<u>(104.090)</u>
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<u>150.682</u>	<u>161.517</u>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial em coligadas	12	<u>(1.398)</u>	<u>(12.084)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	21	22.993	23.083
Despesas financeiras	21	<u>(34.835)</u>	<u>(21.412)</u>
		<u>(11.842)</u>	<u>1.671</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação dos não controladores</b>		<u>137.442</u>	<u>151.104</u>
Imposto de renda e contribuição social	23 (a)	<u>(29.617)</u>	<u>(45.665)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>107.825</u>	<u>105.439</u>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas da controladora		106.489	104.552
Participação dos não controladores		<u>1.336</u>	<u>887</u>
		<u>107.825</u>	<u>105.439</u>
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia no exercício</b>			
Lucro básico e diluído por ação	18	<u>5,32</u>	<u>5,23</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# RBS Participações S.A. e empresas controladas

## Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

(Tradução livre do original em inglês)

	Atribuído aos acionistas da controladora									
	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
		Capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial				
Em 31 de dezembro de 2010		20.000	4.000	159.472		(253)		183.219	1.152	184.371
Lucro líquido do exercício						104.552		104.552	887	105.439
Variação cambial de investida localizada no exterior						(129)		(129)		(129)
Ajuste do lucro líquido em resultado da realização de ativos financeiros disponíveis para venda						253		(253)		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						<b>124</b>		<b>104.423</b>	<b>887</b>	<b>105.310</b>
Dividendos pagos (R\$ 4,75 por ação)	17 (c)							(26.138)	(999)	(27.137)
Dividendos intermediários (R\$ 4,79 por ação)	17 (c)							(26.858)		(26.858)
Destinação do lucro líquido para reserva de retenção de lucros								(78.161)		
Dividendos adicionais propostos					36.660					
Em 31 de dezembro de 2011		20.000	4.000	174.115	36.660	(129)		234.646	1.040	235.686
Lucro líquido do exercício								106.489	1.336	107.825
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>								<b>106.489</b>	<b>1.336</b>	<b>107.825</b>
Dividendos de exercícios anteriores pagos (R\$ 9,28 por ação)	17(c)				(135.413)	(36.660)		(172.073)		(172.073)
Dividendos propostos e pagos (R\$ 2,15 por ação)	17(c)							(43.059)	(1.332)	(44.391)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 3,18 por ação)	17(c)					63.430		(63.430)		
Em 31 de dezembro de 2012		<u>20.000</u>	<u>4.000</u>	<u>38.702</u>	<u>63.430</u>	<u>(129)</u>		<u>126.003</u>	<u>1.044</u>	<u>127.047</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia</b>		<u>106.489</u>	<u>104.552</u>
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	13/14	14.250	11.379
Equivalência patrimonial em coligadas	12	1.398	12.084
Participação dos não controladores		1.336	887
Perda de ativo imobilizado e alienação de intangíveis	13	816	1.524
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21	(20.724)	(17.476)
Juros e encargos de financiamentos e debêntures	21	33.728	19.839
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	11 e 21	(989)	27
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23 (b)	10.524	15.291
Provisões	16 (a)	2.998	909
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	<u>832</u>	<u>710</u>
		<u>150.658</u>	<u>149.726</u>
<b>Redução (aumento) no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		10.151	(9.813)
Estoques		487	(1.055)
Despesas do exercício seguinte		(74)	(1.953)
Depósitos judiciais		17	4.866
Outros		<u>33</u>	<u>(1.699)</u>
		<u>10.614</u>	<u>(9.654)</u>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Contas a pagar		(1.951)	1.456
Receitas diferidas		(1.082)	(196)
Contas a pagar referentes a contratos de rede		(17.820)	6.454
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		4.286	(1.790)
Impostos de renda a pagar		(4.571)	4.620
Tributos a recuperar e outros tributos a pagar		(2.387)	314
Comissões e bônus a pagar		(970)	(214)
Provisões	16 (a)	(2.164)	(2.065)
Receita diferida - <i>royalties</i>		(4.547)	(5.097)
Outros		<u>1.276</u>	<u>(9.060)</u>
		<u>(29.930)</u>	<u>(5.578)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u><u>131.342</u></u>	<u><u>134.494</u></u>

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativos financeiros		74.583	(82.500)
Subscrição em capital de investimento		6.301	
Adiantamentos para futuro aumento de capital			(29.080)
Aquisições de intangíveis	14	(5.808)	(4.746)
Aquisições de ativo imobilizado	13	<u>(22.772)</u>	<u>(33.065)</u>
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<u>52.304</u>	<u>(149.391)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Debêntures emitidas	15		298.391
Pagamento de juros sobre debêntures		(39.947)	
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	17(b)	(213.136)	(52.996)
Fluxos com partes relacionadas		<u>(24.878)</u>	<u>5.136</u>
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>		<u>(277.961)</u>	<u>250.531</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(94.315)</u>	<u>235.634</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		235.661	27
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>141.346</u>	<u>235.661</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(94.315)</u>	<u>235.634</u>

Nota:

- (1) Em 1º de março de 2012, a Companhia reconheceu um ativo intangível relacionado ao acordo de não concorrência com a antiga proprietária da HSM do Brasil S.A., no valor de R\$ 2.258, recebido em conexão com a alienação da participação na GEO em troca da participação na HSM do Brasil S.A. e outros ativos (Nota 12). Este intangível não envolveu o desembolso de recursos e, portanto, a demonstração do fluxo de caixa não reflete esta entrada.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



(Tradução livre do original em inglês)

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2012**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **1 Informações gerais**

- (a) A RBS Participações S.A. (a "Companhia") é uma companhia fechada, localizada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e atualmente possui investimentos em transmissão de TV analógica e digital nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As suas controladas também estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A Companhia é controlada pela RBS TV Comunicações S.A., anteriormente denominada RBS Comunicações S.A. que por sua vez é controlada por três famílias.

- (b) As licenças federais exigidas para as atividades de transmissão de rádio e TV são concedidas pelas autoridades governamentais e aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, as licenças para transmissão de rádio e TV são concedidas separadamente, por local. As licenças não são exclusivas, expiram após uma data pré-determinada (15 anos para TV e 10 anos para rádio) e são renováveis mediante solicitação por um período similar. As licenças atuais da RBS Participações S.A. em Porto Alegre, Florianópolis e Caxias do Sul e da TV Coligadas de Santa Catarina S.A. já expiraram. Na época apropriada, as empresas individuais solicitaram a renovação de suas licenças. A administração acredita que as licenças para as quais a renovação foi solicitada, que ainda estão pendentes de aprovação pelas autoridades governamentais, serão renovadas, uma vez que as empresas atenderam todos os requisitos necessários para essas aprovações. Enquanto esses requisitos ainda estiverem pendentes de aprovação, as empresas podem continuar a utilizar essas licenças. As licenças atuais de outras empresas consolidadas expiram em várias datas até 2022. As licenças atuais em relação à transmissão de TV digital expiram em várias datas até 2016.
- (c) Através de acordos operacionais, as operações de transmissão de TV da Companhia fazem parte da maior rede de TV brasileira, a Rede Globo. Embora os contratos de rede tenham prazos limitados, esses contratos são renováveis e cada empresa tem mantido o seu relacionamento de rede continuamente por mais de 40 anos. Em julho de 2012, a administração concluiu o processo de renovação do contrato de transmissão televisiva com a Globo com vencimento em novembro de 2013.
- (d) A Companhia mantém acordos operacionais com outras emissoras de televisão nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. As estações afiliadas independentes têm que transmitir os programas e propagandas da rede nacional e das redes regionais e têm direito às receitas de propagandas locais exibidas por elas.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 4 de março de 2013.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

# **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis. Também é requerida o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

#### **(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

### **2.2 Consolidação**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo.

#### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo custo menos *impairment*. O custo é ajustado para refletir as mudanças na contraprestação resultantes das alterações de contraprestações contingentes. O custo também inclui custos diretamente atribuíveis do investimento.

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Um resumo das principais informações financeiras das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas é apresentado abaixo:

<u>Em 31 de dezembro de 2012</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>	<u>% participação detida</u>
TV Coligadas de Santa Catarina S.A. RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	20.041	13.462	28.799	8.425	84,14
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	1.165 (310)	14 805	395	300 (29)	100 100
<u>Em 31 de dezembro de 2011</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>	<u>% participação detida</u>
TV Coligadas de Santa Catarina S.A. RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	17.468	10.914	21.031	5.595	84,14
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	885 (281)	35 804	397	226 (26)	100 100

#### (b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(c) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, e o valor contábil é aumentado ou reduzido para reconhecer a participação do investidor no lucro ou prejuízo da investida após a data de aquisição. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado, e sua participação proporcional na movimentação abrangente pós-aquisição é reconhecida em outros resultados abrangentes, juntamente com um ajuste correspondente no valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior à sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o investimento na coligada está *impaired*. Caso haja evidências de *impairment*, a Companhia calcula o valor do *impairment* como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil, e reconhece o valor na conta "Participação no lucro (prejuízo) da coligada" na demonstração do resultado.

O lucro e as perdas resultantes de transações ascendentes e descendentes entre a Companhia e suas coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apenas na proporção do investimento nas coligadas de investidores não relacionados.

As perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.3 Conversão de moeda estrangeira**

##### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades consolidada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

#### **2.5 Ativos financeiros**

##### **2.5.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

##### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

##### **(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles instrumentos não derivativos com valores a receber fixos ou predeterminados e com vencimento fixos que a administração possui a intenção e a habilidade de manter o ativo até a data de vencimento. Caso a Companhia venda mais que uma parte insignificante dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, toda a categoria estará comprometida e será reclassificada como disponível para a venda. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.5.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa), a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

#### **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.5.4 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está *impaired*. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está *impaired* e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- . dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- . uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- . o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo,
- . estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- . torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- . o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

. dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A administração da Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### **(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está *impaired*. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em participações societárias classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está *impaired*. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado consolidado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado consolidada de instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração do resultado consolidada. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado consolidada.

#### **2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve instrumentos financeiros classificáveis como instrumentos derivativos.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.7 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela publicidade referente à transmissão realizada no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

#### **2.8 Estoques**

Estoques incluem peças sobressalentes de máquinas e equipamentos e são demonstrados ao custo médio das compras, que é inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

#### **2.9 Intangíveis**

##### **(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

##### **(b) Softwares**

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- . O software pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.



## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

#### **(b) Outros ativos intangíveis**

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

#### **2.10 Imobilizado**

O imobilizado inclui principalmente máquinas e equipamentos, e é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e estruturas	20 - 60
Moveis e utensílios	5 - 15
Máquinas e equipamentos	3 - 24
Veículos	2 - 5
Equipamentos de informática	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado consolidado.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.11 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### **2.12 Debêntures**

Debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento da debênture são reconhecidas como custos da transação da debênture, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **2.13 Provisões**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de que seja necessária uma saída de caixa para liquidar as obrigações é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda diferido é determinado usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A legislação fiscal permite que a Companhia registre e deduza um crédito de imposto de renda referente à propaganda eleitoral gratuita, como mostrado na Nota 23 (a).

#### **2.15 Benefícios a empregados**

##### **(a) Obrigações de pensão**

A Companhia faz contribuições para planos de pensão de contribuição definida privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Participação nos lucros e bônus**

Uma obrigação referente à participação dos funcionários nos lucros é registrada nos salários e nas contribuições sociais, pois há um plano formal e os valores podem ser mensurados com segurança antes da emissão das demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

#### **2.16 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações comuns ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### **2.17 Reconhecimento da receita**

##### **(i) Receita de publicidade**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando a transmissão referente ocorre.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede (Nota 1 (d)). Uma porcentagem da receita bruta de publicidade, conforme definido no contrato de rede, é debitada mensalmente pela rede Globo como custos de programação.

As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas.

##### **(ii) Outras receitas**

###### ***Royalties***

A RBS Participações S.A. recolhe *royalties* sobre o uso de marcas comerciais de todas as empresas do Grupo RBS e coligadas, calculados a 3,5% das receitas operacionais líquidas.

Em 24 de setembro de 2004, a RBS Participações S.A. recebeu antecipadamente os *royalties* a serem incorridos pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. e Rádio Gaúcha S.A. durante os dez anos a contar de janeiro de 2005 a dezembro de 2014 e os registrou em "Receita diferida - *Royalties*". Esses valores foram calculados como valor presente líquido dos *royalties* nas receitas operacionais líquidas projetadas de cada empresa mencionada no período. Desde janeiro de 2005, a Companhia registra esses valores na demonstração de resultado, com base no fluxo de caixa descontado original projetado para cada mês.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(iii) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida utilizando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento, e continua a decompor o desconto como receita financeira. Receita financeira ou perda (*impairment*) de contas a receber são registradas usando a taxa efetiva de juros original.

#### **2.18 Fornecedores e demais passivos**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

#### **2.19 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia ao final do exercício, considerando as disposições do estatuto social da Companhia em relação ao dividendo mínimo obrigatório. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado consolidada.

#### **2.20 Lucro por ação**

O lucro por ação é calculado por meio do resultado para o exercício atribuível aos acionistas não controladores e controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no exercício referente. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, a fim de presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores para os exercícios findos.

#### **2.21 Informação por segmento**

No trimestre findo em dezembro de 2012, o Presidente Executivo, o tomador de decisões operacionais e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, decidiu rever a estrutura do relatório organizacional de uma perspectiva geográfica para uma perspectiva de negócios. A perspectiva de negócios da Companhia compreende a transmissão de televisão.

A partir de 31 de dezembro de 2012, as informações por segmento são apresentadas de acordo com essa nova perspectiva. Como os negócios da Companhia são exclusivamente decorrentes da transmissão de televisão, as demonstrações financeiras consolidadas tem a mesma do relatório interno. Por esta razão, a informação por segmento operacional correspondente a 31 de dezembro de 2012 e 2011 não são apresentadas para 31 de dezembro de 2012.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.22 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia**

O IASB emitiu várias normas IFRSs, alterações e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e permitiu sua adoção antecipada. A Companhia optou pela não adoção antecipada das novas normas ou alterações de normas, uma vez que elas ainda não têm pronunciamentos equivalentes emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e sua adoção no Brasil não é permitida. Em vista do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), espera-se que esses pronunciamentos e alterações sejam emitidos e aprovados pela CPC até a data de sua adoção obrigatória.

As seguintes normas/ interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2013.

- . IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo RBS para seus ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas". O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece conceito de controle como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. A norma é aplicável a partir de 10. de janeiro de 2013.
- . IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades". O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 10. de janeiro de 2013.
- . IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

As empresas do Grupo RBS ainda estão avaliando o impacto das normas acima em suas demonstrações financeiras.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### **(a) Impostos diferidos**

A Companhia reconhece impostos de renda diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras consolidadas, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

##### **(b) Contingências**

A Companhia está atualmente envolvida em vários processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 16. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

##### **(c) Títulos mantidos até o vencimento**

A Companhia se baseia no Pronunciamento CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração para classificar ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo como mantidos até o vencimento. Essa classificação exige bastante julgamento. Ao realizar esse julgamento, a Companhia avalia a sua intenção e capacidade de manter esses investimentos até o vencimento.

##### **(d) Vida útil do imobilizado**

O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. As taxas efetivas das vidas úteis do imobilizado podem ser diferentes das estimadas.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **4 Gestão de risco financeiro**

##### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A política de gerenciamento de risco da Companhia orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gestão de risco da Companhia foi estabelecida pela administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando necessário para suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

##### **(a) Risco de mercado**

##### **(i) Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em dólares americanos nos valores abaixo, sem um instrumento para proteger contra essa exposição nessas datas.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Importações em andamento	1.914	13.417
Contas a pagar		(1.567)
Outras contas a pagar (seguros)	<u>(17)</u>	<u>(10)</u>
	<u>1.897</u>	<u>11.840</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, se a moeda tivesse variado cerca de 10% em relação ao dólar americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social teria variado, para mais ou para menos, em torno de R\$ 125 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 781) para mais ou para menos.

##### **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia surge de debêntures de longo prazo. As debêntures emitidas a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco do fluxo de caixa, o qual é parcialmente compensado pelo caixa mantido a taxas variáveis. As debêntures a taxas variáveis são remuneradas com base no CDI.

##### **(iii) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado pelo Grupo RBS. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.



## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

#### (iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e investimentos de curto prazo suficientes, a disponibilidade de linhas de crédito através de um valor adequado de linhas de crédito comprometidas e a capacidade de fechar posições de mercado.

O excedente de caixa é transferido para a RBS Administração e Cobrança Ltda., que funciona como um departamento de tesouraria para as empresas do Grupo RBS (Nota 11). Investimentos de curto prazo são contratados pela RBS Administração e Cobrança Ltda. seguindo uma clara política de investimentos, com limites sobre a concentração de riscos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e incluem juros.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de dois anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2012			
Fornecedores e contas a pagar referentes a contratos de rede	18.903		18.903
Debêntures	14.132	298.505	312.637
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	28.982		28.982
Sociedades ligadas	658		658
Comissões e bônus a pagar	4.822		4.822
Em 31 de dezembro de 2011			
Fornecedores e contas a pagar referentes a contratos de rede	38.674		38.674
Debêntures	19.849	298.391	318.240
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	24.696		24.696
Sociedades ligadas	728		728
Comissões e bônus a pagar	5.792		5.792

#### (b) Identificação e avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é determinado conforme definido no item 4.3 abaixo. Os valores reconhecidos em ativos e passivos circulantes têm liquidez imediata. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

#### **(c) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. Não havia ativos ou passivos financeiros derivativos.

#### **4.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é administrado pelo Grupo RBS.

#### **4.3 Estimativa do valor justo e hierarquia**

A Companhia divulga o valor justo de instrumentos financeiros por nível segundo a seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços);
- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos ao valor justo pela Companhia se enquadram no Nível 2 em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5 Instrumentos financeiros por categoria

	<b>31 de dezembro de 2012</b>			
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento</b>	<b>Total</b>	<b>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	141.346		141.346	
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		46.117	46.117	
Contas a receber	71.315		71.315	
Partes relacionadas	38.277		38.277	
<b>Passivo</b>				
Debêntures				312.637
Contas a pagar e contas a pagar referentes a contratos de rede				18.903
Partes relacionadas				658
	<u>250.938</u>	<u>46.117</u>	<u>297.055</u>	<u>332.198</u>

	<b>31 de dezembro de 2011</b>				
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponíveis para venda</b>	<b>Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento</b>	<b>Total</b>	<b>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	235.661			235.661	
Títulos e valores mobiliários		10.134		10.134	
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento			89.842	89.842	
Contas a receber	82.298			82.298	
Partes relacionadas	12.480			12.480	
<b>Passivo</b>					
Debêntures					318.240
Contas a pagar e contas a pagar referentes a contratos de rede					38.674
Partes relacionadas					728
	<u>330.439</u>	<u>10.134</u>	<u>89.842</u>	<u>430.415</u>	<u>357.642</u>

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Sociedades ligadas		
Grupo 1	<u>38.277</u>	<u>12.480</u>
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 2	46.700	54.605
Grupo 3	24.196	27.582
Grupo 4	<u>419</u>	<u>111</u>
	<u>71.315</u>	<u>82.298</u>

- Grupo 1 - saldos com partes relacionadas
- Grupo 2 - a vencer
- Grupo 3 - vencidas de 1 a 180 dias
- Grupo 4 - vencidas há mais de 180 dias

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

#### 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	631	3
Investimentos de curto prazo		
Fundos de investimento nacionais	140.715	187.653
Debêntures		36.962
Certificados de depósitos bancários		<u>11.043</u>
	<u>141.346</u>	<u>235.661</u>

- (a) Fundos de investimento nacionais se referem a fundos públicos e privados que têm como objetivo o retorno próximo às taxas de mercado e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Em 31 de dezembro de 2011, certificados de depósitos bancários possuem taxa de 102% a.a. da taxa do CDI. Esses investimentos foram totalmente resgatados durante o trimestre findo em 30 de junho de 2012.
- (c) Em 31 de dezembro de 2011, as debêntures têm taxa de juros de 103,8% a.a. da taxa do CDI. Esses investimentos foram totalmente resgatados durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2012, em suas datas de vencimento.

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8 Disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía ativos financeiros representados por uma debênture no valor de R\$ 10.134, com taxa de juros equivalente a 102,4% a.a. do CDI. Esses investimentos foram totalmente resgatados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 na data de vencimento.

#### 9 Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Certificados de depósitos bancários	103,5% das taxas do CDI	Até junho de 2014	11.477	52.852
Debêntures	103,8% das taxas do CDI	Até janeiro de 2012		5.244
Títulos financeiros	108% das taxas do CDI	Até junho de 2013	<u>34.640</u>	<u>31.746</u>
			46.117	89.842
Ativo circulante			<u>(46.117)</u>	<u>(47.539)</u>
Realizável a longo prazo			<u><u>                    </u></u>	<u><u>42.303</u></u>

Estes títulos não podem ser resgatados pela Companhia antes de suas respectivas datas de vencimento. Em caso de resgate antecipado, haverá penalidades a serem pagas.

#### 10 Contas a receber de clientes

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Propaganda	67.573	81.983
Cheques em cobrança	118	69
Notas promissórias	1.224	625
Outros	3.562	356
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	<u>(1.162)</u>	<u>(735)</u>
	<u><u>71.315</u></u>	<u><u>82.298</u></u>

O valor justo de contas a receber de clientes é idêntico aos valores devidos por clientes ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment* de contas a receber de clientes.

Os valores contábeis das contas a receber da Companhia são denominados em reais (R\$).

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No início do exercício	(735)	(625)
Provisão para <i>impairment</i>	(832)	(710)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	155	7
Valores recuperados	<u>250</u>	<u>593</u>
No fim do exercício	<u>(1.162)</u>	<u>(735)</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

#### 11 Transações e saldos com partes relacionadas

	<u>Ativo/(Passivo)</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Partes relacionadas - ativo circulante		
RBS Administração e Cobrança Ltda. (a)	<u>5.862</u>	<u>9.759</u>
Partes relacionadas - realizável a longo prazo		
HSM do Brasil S.A.	1.563	
Kzuka Promoções Ltda.	1.052	1.052
RBS Empresa de TVA Ltda.	2.400	
RBS Administração e Cobrança Ltda. (a)	25.550	
Rádio Educadora de Guaíba Ltda.	737	737
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	2	7
Outros	<u>1.111</u>	<u>925</u>
	<u>32.415</u>	<u>2.721</u>
Partes relacionadas - passivo circulante		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. (b)		(241)
Televisão Bagé Ltda.	(219)	(219)
Rádio Gaúcha S.A.		(1)
Televisão Chapecó S.A.	(265)	
Outros	(174)	(267)
Receitas diferidas - <i>royalties</i> - passivo circulante		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. (b)	(3.479)	(3.939)
Rádio Gaúcha S.A.	<u>(580)</u>	<u>(608)</u>
	<u>(4.717)</u>	<u>(5.275)</u>

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Ativo/(Passivo)</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receitas diferidas - <i>royalties</i> - exigível a longo prazo		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	(3.073)	(6.552)
Rádio Gaúcha S.A.	(554)	(1.134)
	<u>(3.627)</u>	<u>(7.686)</u>
	<b>Receitas/(despesas)</b>	
	<b>Exercícios findos em 31 de dezembro</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Gerais e administrativas (reembolso) (d)		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	36.732	31.881
Rádio Gaúcha S.A.	2.492	1.581
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	474	385
RBS Empresa de TVA Ltda.	365	199
Canal Rural Produções Ltda.	2.119	1.874
Outras empresas do grupo	1.139	708
	<u>43.321</u>	<u>36.628</u>
Despesas operacionais, com vendas, gerais e administrativas RBS Prev - Sociedade Previdenciária (Nota 22)	<u>(3.045)</u>	<u>(2.841)</u>
Despesas financeiras (Nota 21)		
RBS Administração e Cobrança Ltda.	(301)	
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	(31)	(27)
	<u>(332)</u>	<u>(27)</u>
Receita financeira (Nota 21)		
RBS Administração e Cobrança Ltda.	1.120	
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	201	
	<u>1.321</u>	
Receitas de <i>royalties</i> (Nota 2.17)		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	3.939	4.460
Rádio Gaúcha S.A.	608	637
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	377	353
RBS Empresa de TVA Ltda.	430	392
Cia. Catarinense de Rádio e TV	718	687
Rádio e TV Umbu Ltda.	450	443
RBS TV Santa Cruz Ltda.	333	355
RBS TV Santa Rosa Ltda.	192	214
Televisão Alto Uruguai S.A.	214	216
Televisão Bagé Ltda.	213	212
Televisão Chapecó S.A.	333	344
Televisão Imembuí S.A.	426	426

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receitas/(despesas)	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Televisão Tuiuti S.A.	425	392
Televisão Uruguaiana Ltda.	204	220
Televisão Rio Grande S.A.	236	246
Rede Popular de Comunicações Ltda.	479	471
Rádio Itapema FM de Porto Alegre Ltda.	171	174
RBS TV Criciúma Ltda.	412	452
Outros	1.277	1.231
	<u>11.437</u>	<u>11.925</u>

#### (i) Comentários sobre transações e saldos com partes relacionadas

- (a) A RBS Administração e Cobranças Ltda. é uma parte relacionada que funciona como um departamento de tesouraria (empresa-caixa), responsável por todos os recebimentos e pagamentos através de um contrato particular de garantia, em nome das empresas do Grupo RBS. Os saldos com essa empresa não estão sujeitos à incidência de juros e são mostrados em ativo circulante porque os recursos mantidos por essa empresa em nome das empresas do grupo são prontamente disponíveis.
- (b) O empréstimo da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. está sujeito à incidência de juros de 12% a.a. Os adiantamentos para futuro aumento de capital e exigível a longo prazo não estão sujeitos à incidência de juros.
- (c) As receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas do Grupo RBS são alocadas entre as empresas que se beneficiam das receitas, ou incorrem as despesas, usando bases que podem não ser necessariamente as mesmas que aquelas que teriam sido aplicadas se as transações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.
- (d) A RBS Participações S.A. é reembolsada pelas despesas gerais e administrativas incorridas em nome de outras empresas do Grupo RBS. A administração do grupo RBS modificou os critérios para o cálculo dos valores a serem reembolsados, considerando a localização de cada uma das empresas.

#### (ii) Garantias e avais

A RBS Participações S.A. e controladas frequentemente fornecem garantias e avais para financiamentos contratados por coligadas e partes relacionadas. Os valores dessas garantias e avais são compatíveis com os ativos e passivos dos avalistas e empresas garantidas, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2012, a RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. contratou um financiamento no total de R\$ 21.384, com carência de dois anos e data de vencimento em outubro de 2020. O valor total será disponibilizado em quatro parcelas, em um período de 180 a 540 dias.

A Companhia é a garantidora da operação.



**RBS Participações S.A.  
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(iii) Remuneração do pessoal-chave  
da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 5.495 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 3.629), incluindo salários e outros benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo e outros benefícios.

**RBS Participações S.A.  
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Investimentos em coligadas**

	<b>RBS Administração e Cobrança Ltda.</b>	<b>HSM do Brasil S.A.</b>	<b>GEO Eventos S.A.</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2010	6.087		9.471	76	15.634
Adiantamentos para futuro aumento de capital			29.080		29.080
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior	(129)				(129)
Equivalência patrimonial	186		(12.268)	(2)	(12.084)
Alienação de investimento				(7)	(7)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>6.144</u>		<u>26.283</u>	<u>67</u>	<u>32.494</u>
Em 31 de dezembro de 2011	6.144		26.283	67	32.494
Participação recebida na troca de ativos com a Pluri Participações Ltda.		(2.613)			(2.613)
Ágio na aquisição		21.007			21.007
Equivalência patrimonial	282	(2.351)	669	2	(1.398)
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital em conexão com combinação de negócio			(26.952)		(26.952)
Alienação de investimento				(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>6.426</u>	<u>16.043</u>	<u>26.283</u>	<u>68</u>	<u>22.537</u>
% de participação - em 31 de dezembro de 2012	4,78	51			

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **Comentários sobre os investimentos**

Em 2010, a Companhia e a Pluri Participações Ltda. assinaram um contrato para formar a GEO Eventos S.A. De acordo com o contrato assinado, a Pluri subscreveu 60% do capital da GEO e a Companhia subscreveu os 40% restantes.

Em 1º de março de 2012, a Companhia decidiu alienar sua participação na GEO em troca de uma participação de 51% na HSM do Brasil S.A., R\$ 6.300 em dinheiro, e R\$ 2.258 em acordo de não concorrência (intangíveis) com ex-diretor, por vinte e quatro meses, com o método linear de amortização. A equivalência patrimonial na HSM do Brasil S.A. era de R\$ 2.613 (negativo) e um ágio de R\$ 21.007 foi reconhecido.

A Companhia possui um acordo de acionistas com a acionistas BR Educação Executiva S.A., detentora de 49% da HSM do Brasil, onde aquela companhia é responsável por seu gerenciamento e controle.

**RBS Participações S.A.  
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**13 Imobilizado**

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e estruturas</u>	<u>Moveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	9.378	20.188	4.053	29.092	1.272	7.478	71.461	767	72.228
Aquisições		2.378	1.454	23.825	1.903	3.384	32.944	121	33.065
Alienações, líquidas		(337)	(115)	(363)	(518)	(191)	(1.524)		(1.524)
Depreciação		(634)	(612)	(4.851)	(673)	(2.297)	(9.067)		(9.067)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>9.378</u>	<u>21.595</u>	<u>4.780</u>	<u>47.703</u>	<u>1.984</u>	<u>8.374</u>	<u>93.814</u>	<u>888</u>	<u>94.702</u>
Custo	9.378	42.987	12.014	152.103	6.246	20.825	243.553	888	244.441
Depreciação acumulada		(21.392)	(7.234)	(104.400)	(4.262)	(12.451)	(149.739)		(149.739)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>9.378</u>	<u>21.595</u>	<u>4.780</u>	<u>47.703</u>	<u>1.984</u>	<u>8.374</u>	<u>93.814</u>	<u>888</u>	<u>94.702</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>9.378</u>	<u>21.595</u>	<u>4.780</u>	<u>47.703</u>	<u>1.984</u>	<u>8.374</u>	<u>93.814</u>	<u>888</u>	<u>94.702</u>
Aquisições	226	2.184	2.601	12.316	1.223	3.132	21.682	1.090	22.772
Alienações, líquidas			(16)	(628)	(51)	(121)	(816)		(816)
Depreciação		(729)	(836)	(6.202)	(666)	(2.662)	(11.095)		(11.095)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>9.604</u>	<u>23.050</u>	<u>6.529</u>	<u>53.189</u>	<u>2.490</u>	<u>8.723</u>	<u>103.585</u>	<u>1.978</u>	<u>105.563</u>
Custo	9.604	45.171	14.398	159.884	6.556	22.983	258.596	1.978	260.574
Depreciação acumulada		(22.121)	(7.869)	(106.695)	(4.066)	(14.260)	(155.011)		(155.011)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>9.604</u>	<u>23.050</u>	<u>6.529</u>	<u>53.189</u>	<u>2.490</u>	<u>8.723</u>	<u>103.585</u>	<u>1.978</u>	<u>105.563</u>
Depreciação anual como um % do valor líquido – Em 31 de dezembro de 2012 – excluindo itens totalmente depreciados na data		2,88	12,56	20,34	32,31	21,78			

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Revisão e ajuste da vida útil estimada

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM no 619/09 e pela Resolução CFC no. 1.263/09, a Companhia concluiu em 2009 sua primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Em dezembro de 2012, a administração reviu o estudo realizado em 2009 e concluiu que nenhuma alteração na vida útil de seu imobilizado era necessária.

#### (b) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2012, a RBS Participações S.A. e controladas ofereceram imobilizado no valor de R\$ 3.695 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 4.171) em garantia de processos judiciais.

## 14 Intangíveis

	<i>Software</i>	Marcas e patentes	Licenças	Filmes e produção	Concessões	Contrato de não-concorrência	Total
Em 31 de dezembro de 2010	4.351	1.069	240	170	1		5.831
Aquisições	4.572	174					4.746
Amortização	(2.300)			(11)	(1)		(2.312)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>6.623</u>	<u>1.243</u>	<u>240</u>	<u>159</u>			<u>8.265</u>
Custo	20.296	1.243	240	480	18		22.277
Amortização acumulada	(13.673)			(321)	(18)		(14.012)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>6.623</u>	<u>1.243</u>	<u>240</u>	<u>159</u>			<u>8.265</u>
Em 31 de dezembro de 2011	6.623	1.243	240	159			8.265
Aquisições	5.782	26				2.258	8.066
Amortização	(2.418)			(11)		(726)	(3.155)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>9.987</u>	<u>1.269</u>	<u>240</u>	<u>148</u>		<u>1.532</u>	<u>13.176</u>
Custo	26.078	1.269	240	480	18	2.258	30.343
Amortização acumulada	(16.091)			(332)	(18)	(726)	(17.167)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>9.987</u>	<u>1.269</u>	<u>240</u>	<u>148</u>		<u>1.532</u>	<u>13.176</u>
Taxa de amortização anual como um % do valor contábil líquido – Em 31 de dezembro de 2012	27,67			5,69	18,47		

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 15 Debêntures

	<u>Taxas de juros</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Moeda nacional			
Debêntures	CDI mais <i>spread</i> de 2,5%	313.620	319.839
Custo de emissão das debêntures		(1.495)	(1.609)
Outros		<u>512</u>	<u>10</u>
		312.637	318.240
Circulante		<u>(14.132)</u>	<u>(19.849)</u>
Não circulante		<u>298.505</u>	<u>298.391</u>
As parcelas de longo prazo são:			
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
2017		58.505	58.391
2018		60.000	60.000
2019		60.000	60.000
2020		60.000	60.000
2021		<u>60.000</u>	<u>60.000</u>
		<u>298.505</u>	<u>298.391</u>

Em 12 de julho de 2011, a Companhia emitiu, através de distribuição pública e esforços restritos de colocação, 300 debêntures ordinárias simples, não conversíveis em ações, com vencimento final em 12 de julho de 2021. O valor do principal das debêntures é de R\$ 1.000 cada, totalizando R\$ 300.000, tendo juros equivalentes à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e mais 2,5% de *spread* por ano pagos anualmente. Os termos da oferta de debêntures preveem a liquidação anual a partir de 12 de julho de 2017 a 12 de julho de 2021, e o resgate antecipado, parcial ou total, será permitido a partir do 130. mês, caso em que uma taxa de resgate deverá ser paga de acordo com um cronograma de resgates antecipados. As debêntures são garantidas pela RBS- Zero Hora Editora Jornalística S.A.

De acordo com os termos da oferta das debêntures, exige-se a observância de determinadas cláusulas restritivas por parte da Companhia e da RBS - Zero Hora Jornalística S.A.. Todas essas cláusulas restritivas estão sendo cumpridas.

#### 16 Provisões

A RBS Participações S.A. e controladas são partes envolvidas em processos fiscais, cíveis e trabalhistas que surgiram no curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis estimadas desses processos foram reconhecidas com base na opinião dos consultores legais externos e internos. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2012, a RBS Participações S.A. e suas controladas pagaram, como resultado de decisões judiciais desfavoráveis ou acordos, o montante de R\$ 2.164 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 2.065).

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Provisão para perdas prováveis

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Processos trabalhistas e previdenciários	3.222	2.741
Processos cíveis	<u>1.805</u>	<u>1.452</u>
	5.027	4.193
Depósitos judiciais		
(-) Processos trabalhistas e previdenciários	(2.195)	(2.274)
(-) Processos cíveis	<u>(812)</u>	<u>(1.064)</u>
Passivo não circulante	<u>2.020</u>	<u>855</u>

- Processos trabalhistas e previdenciários - consistem principalmente em litígios referentes a valores pagos por ocasião da rescisão do contrato de trabalho de empregados.
- Processos cíveis referem-se principalmente a programas de notícias veiculados ou publicados pela RBS Participações S.A. e controladas.

A movimentação na provisão para perdas prováveis foi a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No início do exercício	4.193	5.349
Aumento	2.998	909
Valores pagos	<u>(2.164)</u>	<u>(2.065)</u>
No fim do exercício	<u>5.027</u>	<u>4.193</u>

#### (b) Perdas possíveis

A RBS Participações S.A. e controladas são partes passivas em certos processos cíveis, trabalhistas e fiscais, que são estimados como perdas possíveis com base na opinião dos consultores legais internos e externos. Nenhuma provisão foi reconhecida para esses processos e os valores dos processos cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Processos cíveis	5.082	5.792
Processos trabalhistas	1.028	816
Processos tributários	<u>11.680</u>	<u>11.680</u>
	<u>17.790</u>	<u>18.288</u>

#### Processo cível contra o ECAD

A RBS Participações S.A. é coautora, junto com várias outras empresas associadas da Rede Globo, em uma ação cível contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), requerendo a revisão dos atuais critérios usados no cálculo e pagamento de *royalties* originados da transmissão de músicas estrangeiras e nacionais em sua programação. A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a chance de perda nesta discussão é possível. Os montantes sobre discussão estão ainda por ser determinados por uma decisão judicial final.

# **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **Autuação fiscal - IOF**

Em dezembro de 2010, a Companhia recebeu um auto de infração no valor de R\$ 11.680 relativo ao Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações financeiras entre a Companhia e a RBS Administração e Cobranças Ltda. A administração recorreu da autuação. Com base na opinião da administração e dos seus consultores jurídicos e fiscais, a probabilidade de perda decorrente da presente autuação é considerada possível e, portanto, nenhuma provisão foi registrada em relação a essa questão.

## **17 Patrimônio líquido**

### **(a) Capital**

O capital é representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo anual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício conforme as demonstrações financeiras estatutárias, após a destinação para a reserva legal de um valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital. Em 2012 e 2011, a reserva legal não foi constituída pois já alcançou seu limite.

Os lucros acumulados disponíveis para distribuição são restritos aos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais estatutárias da RBS Participações, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras também são as demonstrações financeiras primárias para fins de determinação do imposto de renda e contribuição social.

### **(b) Reservas de lucro**

A Assembleia Geral de Acionistas, que aprovou as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, irá decidir sobre a apropriação da reserva de lucro, com o objetivo de estar em acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que as reservas de lucro não devem ultrapassar o valor do capital.

### **(c) Dividendos**

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício das demonstrações financeiras estatutárias, após a apropriação da reserva legal de um montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

No segundo e terceiro trimestres de 2011, o Conselho de Administração decidiu distribuir dividendos intermediários no valor de R\$ 14.856 e R\$ 12.002, respectivamente, conforme definido no estatuto da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 26.138 e aprovou a distribuição de um dividendo proposto adicional relativos a 2011 no valor de R\$ 36.660. Portanto, o total de dividendos propostos em 2011 foi R\$ 89.656. Todos os dividendos foram sujeitos a voto na Assembleia Geral Ordinária.

Os dividendos propostos adicionais, no valor de R\$ 36.660, foram pagos no trimestre findo em 31 de março de 2012.



## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de maio e 12 de setembro de 2012, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 135.413, referentes aos exercícios de 2008 a 2011, e R\$ 43.059, relativos a dividendos intermediários de 2012, respectivamente, que foram pagos durante 2012. Adicionalmente, a administração propôs dividendos adicionais relativos a 2012 no valor de R\$ 63.430. Portanto, o total de dividendos propostos e pagos em 2012 foi de R\$ 79.867. Os dividendos estão sujeitos a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	106.489	104.552
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>26.622</u>	<u>26.138</u>
Dividendos pagos e dividendos intermediários pagos	43.059	52.996
Dividendos adicionais propostos	<u>63.430</u>	<u>36.660</u>
	<u>106.489</u>	<u>89.656</u>
Dividendo proposto além do dividendo mínimo obrigatório	<u>79.867</u>	<u>63.518</u>

#### 18 Lucro por ação

##### (a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	106.489	104.552
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>20.000.000</u>	<u>20.000.000</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>5,32</u>	<u>5,23</u>

##### (b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

**RBS Participações S.A.  
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**19 Receitas e despesas por natureza**

**(a) Receitas operacionais**

A reconciliação das receitas operacionais com a receita líquida é como segue:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receita bruta		
Propaganda	460.971	486.103
Outros	47.375	24.596
Cancelamentos e devoluções	(1.009)	(6.476)
Impostos sobre receitas	(22.153)	(19.766)
	<u>485.184</u>	<u>484.457</u>
Receita líquida	<u>485.184</u>	<u>484.457</u>

**(b) Despesas por natureza**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Com pessoal (Nota 20)	(126.905)	(113.682)
Administrativas		
Despesas gerais indiretas (Nota 11 (i) (e))	31.022	33.000
Consultores	(6.993)	(11.143)
Despesas com viagens	(6.919)	(5.740)
Segurança e conservação	(6.107)	(5.085)
Outros	(6.600)	(6.301)
Operacionais		
Logística	(1.488)	(119)
Aluguéis	(2.562)	(2.222)
Cobrança	(42)	(47)
Energia elétrica, conexão de Internet e telefone	(4.992)	(4.349)
Outros	(8.039)	(6.576)
Com vendas		
Comissões e bônus	(10.468)	(8.710)
Outros	(39.686)	(50.703)
Técnicas	(2.015)	(1.832)
Produção		
Eventos	(38.662)	(16.436)
Programação e outras	(75.207)	(97.567)
Promoção	(15.735)	(12.746)
Depreciação e amortização	(14.250)	(11.379)
Outras despesas	1.146	(1.303)
	<u>(334.502)</u>	<u>(322.940)</u>

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20 Despesa de benefícios a empregados

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Salários e outros benefícios	(91.341)	(83.200)
Custos previdenciários	(25.687)	(23.038)
Custos de planos de pensão - planos de contribuição definida (Nota 22)	(3.045)	(2.841)
Outros	(6.832)	(4.603)
	<u>(126.905)</u>	<u>(113.682)</u>

#### 21 Receitas e despesas financeiras

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	20.724	17.476
Variações monetárias ativas	399	35
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas (Nota 11)	1.321	
Juros sobre impostos e depósitos judiciais	144	5.308
Outras receitas financeiras	405	264
	<u>22.993</u>	<u>23.083</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos de debêntures	(33.728)	(19.839)
Variações cambiais	(227)	(39)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas (Nota 11)	(332)	(27)
Juros sobre impostos	(98)	(234)
Outras despesas financeiras	(450)	(1.273)
	<u>(34.835)</u>	<u>(21.412)</u>
	<u>(11.842)</u>	<u>1.671</u>

#### 22 Fundo de pensão

A RBS Participações S.A. e controladas, juntamente com outras coligadas (coletivamente referidas como "Patrocinadoras") fundaram a RBS Prev-Sociedade Previdenciária, um fundo de pensão privado ("Fundo"), para fornecer benefícios complementares de pensão e por invalidez além daqueles pagos pelo Sistema Nacional de Previdência Social. O Fundo foi aprovado pelo Ministério da Previdência Social em outubro de 1996 e foi implementado a partir de 10. de janeiro de 1997.

O Fundo é um plano de contribuição definida, com contribuições das Patrocinadoras e participantes calculados com base em valores e percentuais variáveis a critério de cada participante.

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As contribuições normais das Patrocinadoras são baseadas em até 300% da contribuição básica dos participantes, dependendo da idade do participante. Essas contribuições cessarão automaticamente se o participante sair da Companhia por qualquer razão, atingir a idade de aposentadoria, falecer ou ficar inválido. Os benefícios de serviço passado serão custeados pelas Patrocinadoras durante 20 anos através de pagamentos mensais ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Além disso, as Patrocinadoras podem optar por fazer contribuições adicionais a qualquer tempo, e as contribuições normais e adicionais podem ser revistas pelas Patrocinadoras em fevereiro de cada ano. As Patrocinadoras também podem reduzir ou suspender temporariamente suas contribuições, mantendo apenas aquelas necessárias para cobrir os benefícios mínimos mencionados abaixo, os pagamentos referentes aos benefícios de serviço passado e os custos administrativos do Fundo. Em 2008 as Patrocinadoras decidiram fazer contribuições adicionais para cobrir benefícios de serviço passado.

O plano concede a todos os participantes um benefício de aposentadoria mínimo igual a um valor máximo de 3 vezes o salário mensal do participante para participantes com 30 anos de serviço quando da aposentadoria. Participantes com menos de 30 anos de serviço têm direito a um valor proporcional, com base em seus anos de serviço. Exceto por esse benefício mínimo, as Patrocinadoras não têm qualquer responsabilidade por garantir o nível mínimo dos benefícios aos participantes quando eles saem da Companhia.

As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 3.045 (exercício findo em 31 de dezembro de 2011 - R\$ 2.841).

As demonstrações financeiras do Fundo são examinadas por auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2012, as reservas atuariais resultaram em um superávit do Fundo de R\$ 6.635 (2011- R\$ 2.093).

## **23 Imposto de renda e contribuição social**

O conceito de declaração consolidada de imposto de renda para empresas que compreendem um grupo, como a RBS Participações S.A. e controladas, não existe no Brasil. Cada companhia mantém seus próprios registros fiscais e registra suas declarações de impostos. As informações fiscais nas declarações financeiras consolidadas e nesta nota são, portanto, um resumo das informações referentes às companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**RBS Participações S.A.  
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Reconciliação do imposto de renda  
e da contribuição social**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos não controladores	137.442	151.104
Alíquota - %	<u>34</u>	<u>34</u>
	(46.730)	(51.375)
Efeitos das diferenças permanentes		
Despesas não dedutíveis	(278)	(2.802)
Receita não tributável	(236)	(1.740)
Crédito por propaganda eleitoral (Nota 2.14)	17.128	9.494
Outros	<u>499</u>	<u>758</u>
Despesa do exercício	<u>(29.617)</u>	<u>(45.665)</u>
Corrente	(19.093)	(30.374)
Diferido	<u>(10.524)</u>	<u>(15.291)</u>
	<u>(29.617)</u>	<u>(45.665)</u>
Alíquota efetiva	21,56%	30,22%

**(b) Natureza dos saldos**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Impostos de renda a pagar		
Circulante		
Contribuição social a pagar	101	2.324
Imposto de renda a pagar	<u>112</u>	<u>2.460</u>
	<u>213</u>	<u>4.784</u>

A movimentação no imposto de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro da mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	<b>Provisões</b>	<b>Perdas por impairment</b>	<b>Prejuízos fiscais</b>	<b>Total</b>
Ativo de imposto diferido				
Em 31 de dezembro de 2010	1.647	109	94.450	96.206
Creditado/(debitado) à demonstração do resultado	<u>66</u>	<u>30</u>	<u>(13.283)</u>	<u>(13.187)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	1.713	139	81.167	83.019
Creditado/(debitado) à demonstração do resultado	<u>(59)</u>	<u>115</u>	<u>(7.981)</u>	<u>(7.925)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>1.654</u>	<u>254</u>	<u>73.186</u>	<u>75.094</u>

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Efeitos contábeis da Lei 11.638/07</b>
Passivo de imposto diferido	
Em 31 de dezembro de 2010 (Debitado)/creditado à demonstração do resultado	3.464 <u>2.104</u>
Em 31 de dezembro de 2011 (Debitado)/creditado à demonstração do resultado	5.568 <u>2.599</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u><u>8.167</u></u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias, são reconhecidos quando a realização é considerada provável, com base em projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2012, a RBS Participações S.A. reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a seus prejuízos fiscais no valor de R\$ 73.186 (2011 - R\$ 81.167). A realização dos benefícios dos prejuízos fiscais é considerada provável, com base nas projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando a lucratividade histórica das empresas incorporadas.

A Companhia espera realizar o imposto diferido ativo como segue:

<u>Ano</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012		7.538
2013	10.740	7.083
2014	3.392	3.456
2015	10.465	5.977
2016	6.914	5.060
2017	11.164	4.403
2018	6.430	2.659
2019	14.911	6.231
2020	10.777	6.710
2021	<u>301</u>	<u>33.902</u>
	<u><u>75.094</u></u>	<u><u>83.019</u></u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da RBS Participações S.A. e controladas e o lucro tributável. Portanto, a expectativa da utilização do imposto de renda diferido ativo não deve ser tomada como único indicativo de lucros futuros da RBS Participações S.A. e controladas.

## RBS Participações S.A. e empresas controladas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além dos créditos acima, a RBS Participações S.A. e RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda. também possuem prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para adicionais disponíveis para compensação de 30% do lucro tributável futuro nas respectivas empresas, sem prazo de prescrição, que não foram registrados por não haver expectativa de realização. Estes créditos são como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RBS Participações S.A.		
Prejuízos fiscais	405.570	424.230
Base negativa de contribuição social	337.230	373.584
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.		
Prejuízos fiscais	1.355	1.326
Base negativa de contribuição social	1.355	1.326

Os respectivos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em relação aos créditos acima, os quais incluem impostos relacionados a diferenças temporárias, serão registrados quando houver suficiente evidência de que sua realização é provável.

#### 24 Seguros

A política de gestão de risco de seguro das empresas consolidadas busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações. As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2012, a RBS Participações S.A. e controladas tinham as seguintes principais apólices de seguro contratadas de terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Bens segurados</u>
Incêndio de bens do imobilizado	176.739
Responsabilidade civil	9.039
Riscos diversos	37.340

#### 25 Direitos de transmissão de campeonatos de futebol

Para assegurar direitos de transmissão em anos futuros, a RBS Participações S.A. assinou contratos referentes aos Campeonatos de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina de 2012 a 2016.

Em 9 de junho de 2010, a Companhia celebrou um contrato para a renovação até o ano de 2016 dos direitos de transmissão relativos ao Campeonato de futebol do Estado do Rio Grande do Sul, pagando antecipadamente o montante de R\$ 11.700 (31 de dezembro de 2011 - Despesas do exercício seguinte, ativo circulante - R\$ 2.340; não circulante - R\$ 9.360).

## **RBS Participações S.A. e empresas controladas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **26 Eventos subsequentes**

Em 2 de fevereiro de 2013, o Grupo RBS e BR Educacional S.A. assinaram contrato para ingresso da GAEC Educação S.A. - Ânima Educação como uma nova sócia na investida HSM do Brasil S.A. Esta nova sócia terá o papel estratégico de reforçar a posição dos negócios da HSM do Brasil S.A. A transação requer a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

\* \* \*